

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA E DESENVOLVIMENTO RURAL PLANO DE ENSINO		 AGRONOMIA	
SEMESTRE 2025/2				
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	Nº DE HORAS-AULA TEÓRICAS	PRÁTICAS	TOTAL DE HORAS-AULA SEMESTRAIS
EXR 5403	Desenvolvimento Rural Sustentável	33	21	54
I. HORÁRIO				
TURMAS TEÓRICAS			TURMAS PRÁTICAS	
2a feira das 15h10 às 18h sala ZDR 103 (conforme datas informadas no cronograma abaixo)			2a feira das 15h10 às 18h sala de informática (conforme datas informadas no cronograma abaixo)	
II. PROFESSOR(ES) MINISTRANTE(S):				
Paola Beatriz May Rebollar				
III. PRÉ-REQUISITO(S):				
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA			
não há	não há			
IV. CURSO(S) PARA O(S) QUAL(IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA				
Curso de Agronomia				
V. EMENTA				
Formação histórica da agricultura brasileira e relação com o desenvolvimento urbano-industrial. Noções do planejamento do desenvolvimento territorial sustentável. Agricultura familiar e ruralidades contemporâneas: multifuncionalidade e pluriatividade agrícola; Estrutura fundiária e ações de ordenamento territorial e fundiário; Principais instituições e políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.				
VI. OBJETIVOS				
Geral: Compreender o desenvolvimento rural sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental				
Específicos:				
1. Identificar aspectos da formação histórica do Brasil e sua relação com a constituição das agriculturas familiares brasileiras, estrutura fundiária e desenvolvimento urbano-industrial; 2. Conhecer aspectos que caracterizam as agriculturas familiares brasileiras como a estrutura fundiária, a multifuncionalidade e a pluriatividade; 3. Identificar as principais instituições e políticas públicas para o desenvolvimento de territórios rurais.				
VII. METODOLOGIA DE ENSINO				
a) Aulas expositivas e dialogadas com apoio de equipamento multimídia (33h/a); b) Aulas práticas com equipamento computacional (6h/a) c) Aula de Campo (6h/a) d) Realização de avaliações (9h/a) *São requisitos para aprovação: frequência mínima de 75% e nota final igual ou maior que 6. *A prova de recuperação abrangerá todo o conteúdo trabalhado durante o semestre. *Situações emergentes podem provocar alterações neste plano de ensino.				
VIII. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO				

Avaliação 1: Prova individual 1 (P1)

Avaliação 2: Exercícios realizados em sala de aula

Avaliação 3: Apresentação do Seminário

Cada avaliação corresponde a 1/3 da nota final.

* Em todas as avaliações os critérios empregados serão:

1 – Clareza – capacidade de expressão escrita e oral compreensível (40%);

2 – Coerência – capacidade de responder/explicar o que foi perguntado ou solicitado (40%);

3 – Correção ortográfica e gramatical na expressão oral e escrita (20%).

Conforme a RESOLUÇÃO Nº 17/CUn/97, de 30 de setembro de 1997 que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC é importante atentar para os seguintes aspectos:

Art. 70 - A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada progressivamente, durante o período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no plano de ensino.

§ 2º - O aluno com frequência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco) terá direito a uma nova avaliação no final do semestre.

Art. 72 - A nota mínima de aprovação em cada disciplina é 6,0 (seis vírgula zero).

Art. 73 - É facultado ao aluno requerer ao Chefe do Departamento a revisão da avaliação, mediante justificativa circunstanciada, dentro de 02 (dois) dias úteis, após a divulgação do resultado.

Art. 74 - O aluno, que por motivo de força maior e plenamente justificado, deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino, deverá formalizar pedido de avaliação à Chefia do Departamento de Ensino ao qual a disciplina pertence, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, recebendo provisoriamente a menção I.

IX. CRONOGRAMA DAS AULAS (TEÓRICAS E PRÁTICAS) E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nº da Aula	Data	Aula Teórica	Aula Prática	Conteúdo Programático
01	11/08	0	0	Estágio de Vivência na Agricultura Familiar
02	18/08	0	0	Estágio de Vivência na Agricultura Familiar
03	27/08	0	0	Estágio de Vivência na Agricultura Familiar
04	01/09	0	0	Estágio de Vivência na Agricultura Familiar
05	08/09	6	0	Apresentação do plano de ensino e Formação histórica da agricultura brasileira e relação com o desenvolvimento urbano-industrial + Atividades assíncronas 3h
06	15/09	6	0	Estrutura fundiária e ações de ordenamento territorial e fundiário: legislação fundiária brasileira; noção de rural-urbano e território + Atividades assíncronas 3h
07	22/09	6	0	Agricultura familiar e ruralidades contemporâneas: multifuncionalidade, pluriatividade agrícola, sistemas de organização social e capital social + Atividades assíncronas 3h
08	29/09	0	6	Aula de campo - 6 horas
09	06/10	0	3	Estrutura fundiária e ações de ordenamento territorial e fundiário: pesquisas do IBGE e o observatório do agrocatarinense (CEPA) - Lab. Informática.
10	13/10	3	0	Semana da Agronomia
11	20/10	3	0	Estrutura fundiária e ações de ordenamento territorial e fundiário: censo 2022 IBGE cidades - Lab. Informática
12	27/10	0	0	Feriado
13	03/11	0	3	Apresentação dos seminários Estrutura Fundiária e Caracterização da Agricultura Familiar

14	10/11	0	3	Apresentação dos seminários Estrutura Fundiária e Caracterização da Agricultura Familiar
15	17/11	3	0	Principais instituições e políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.
16	24/11	3	0	Principais instituições e políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.
17	01/12	0	3	Prova
18	08/12	0	3	Prova de Recuperação
X. BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio. Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 301 p. Número de chamada: 331.101.264.22 A278 DALY, Herman E. A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 21 p. Número de chamada: 304:577.4 D153e SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p. Número de chamada: 577.4 S121c 2.ed.				
XI. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000. 29 p. (Texto para Discussão nº 702, IPEA). Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4121. A ser disponibilizado pela professora. CARRIERE, J-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Florianópolis, Eisforia, v.1, n.1, 2006, p. 23-47. A ser disponibilizado pela professora. CAZELLA, A. A. Base de serviços rurais estratégicos à promoção do desenvolvimento territorial no Brasil. Raízes, v. 28/29, p. 132-142, 2010. A ser disponibilizado pela professora. CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; SCHNEIDER, S. A abordagem do Não-Recurso a políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v.7, p.48 - 67, 2020. A ser disponibilizado pela professora. DAVIS, Angela. Rural and urban women entrepreneurs: a comparison of service needs and delivery methods priorities. International Journal of Business Science & Applied Management (IJBSAM), v. 6, n. 2, p. 1-16, 2011. GUIMARÃES NETO, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil, In: FAVARETO A et al. Políticas de Desenvolvimento Rural: avanços e desafios. Série DRS, IICA, 2010. Disponível em: http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADtica-s-d-e-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf. A ser disponibilizado pela professora. IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html Acesso: 22/04/2021. A ser disponibilizado pela professora.				

	PUREZA, Fernando Cauduro. Representações da fome: carestia e racialização na obra Pedacos da fome, de Carolina Maria de Jesus. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 66, p. 52-68, 2017.
--	--

Aprovado em reunião do colegiado do departamento em 11/06/2025.